

Ata de Reunião da Câmara Temática de Planejamento e Desenvolvimento Econômico		Nº 004/2016
DADOS GERAIS		
Data: 07/04/2016	Local: Sala de Reunião da Agem	Horário: 9:30 horas
Tipo de Reunião:		
Lista de Participantes:		
Nome	Entidade	
Fábio Eduardo Serrano	PM Guarujá	
Maurício Maranhão Sanches	PM Peruíbe	
Maria Hélia Farias	Secretária de Estado do Meio Ambiente/CFA	
Maria Emília Botelho	Secretária de Estado do Meio Ambiente/CETESB	
Eliseu Braga Chagas	PM Itanhaém	
Elcio Cavalcanti dos Santos	SABESP	
Fernanda Faria Meneghello	AGEM	
Tenisson Azevedo Junior	PM Mongaguá	
Carmen Célia Granziera Miyake	Sec. Planeja/TO e Desenvolvi/TO Regional	
José Ricardo Mafra Amorim	Sec. de Energia	
José Marques Carriço	PM Santos	
CONVIDADOS		
Hélio Hamilton Vieira Junior	AGEM	
Marcio Aurélio de Almeida Quedinho	AGEM	
Cintia Regina Santa Maria	PM Praia Grande	
Robnson Germano	AGEM/Condesb	
Marcio Aurélio de Almeida Quedinho	AGEM	
Sonia Maria Biziak	AGEM	
Caroline de Souto Branco Coutinho	AGEM	
Marcelo Hermsdorf	AGEM/Estagiário	
Pauta divulgada em: 31/03/2016	Reunião iniciada às: 09h50	Término da Reunião às: 11h00

OBJETIVOS
Item I – Discussão referente ao Estatuto da Metrópole – Plano de Ações;
Item II – Outros assuntos de interesse metropolitano.

REGISTROS

- Ausências:

Municípios: Cubatão, São Vicente, Praia Grande e Bertioga.

Estado: Esportes Lazer e Juventude, Turismo e Emprego e Relações do Trabalho.

- Os trabalhos foram abertos pela Diretora Técnica da AGEM, Fernanda Faria Meneghello, a qual falou sobre o cronograma que foi comentado na última reunião;
- A Câmara Temática retomou a discussão da elaboração de um projeto de lei que adequa os instrumentos de governança interfederativa da RMBS ao Estatuto da Metrópole. O Estatuto impõe a todas as Regiões Metropolitanas a aprovação de um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) em até 3 anos da sua publicação. A RMBS já possui quase todos os itens necessários para essa adequação à nova lei Federal, como, por exemplo, a instituição de um Conselho de Gestão Interfederativa (Condesb), um Fundo Metropolitano (FUNDO) e planos e projetos de intervenção Urbana;
- A Câmara Temática aprovou o Plano de trabalho apresentado pela AGEM ficando definido que a Câmara irá apresentar o cronograma aprovado para o Condesb na reunião de 26 deste mês;
- Objetivo do plano de trabalho é obter contribuições a serem incorporadas ao conjunto de propostas que deverão compor o Projeto de Lei a ser enviado a Alesp, de forma a consolidar os objetivos, metas e estratégias propostas no PMDE-BS e o Macrozoneamento Econômico e Ecológico regulamentado pelo Decreto nº 58.996, em 25 de março de 2013 e os Planos Diretores municipais. Bem como sugerir aperfeiçoamentos na Estrutura de governança interfederativa da Região Metropolitana da Baixada Santista;
- A Elaboração do Projeto de Lei para a adequação dos instrumentos de governança interfederativa da RMBS ao Estatuto da Metrópole.
- Tendo em vista a promulgação da Lei Federal nº 13.089 de 12 de janeiro de 2015, denominada Estatuto da Metrópole, que estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, se faz necessária a adequação dos instrumentos existentes na Região Metropolitana da Baixada Santista ao novo marco legal.

REGISTROS

- Para garantir a Gestão Plena da RMBS frente ao Estatuto da Metrópole, o CONDESB, por meio de sua Deliberação 001 de 2016, incumbiu a Câmara Temática de Planejamento de formular um Plano de Trabalho contendo os conteúdos mínimos, as orientações metodológicas e o cronograma, que orientarão os debates entre estado, municípios integrantes da região e sociedade civil para a elaboração do projeto de lei.
- Conforme disposto no Estatuto da Metrópole os debates deverão assegurar: I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação de representantes da sociedade civil e da população, em todos os Municípios integrantes da Unidade Territorial Urbana II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; e III – o acompanhamento pelo Ministério Público.
- Objetivo é obter contribuições a serem incorporadas ao conjunto de propostas que deverão compor o Projeto de Lei a ser enviado a ALESP, de forma a consolidar os objetivos, metas e estratégias propostas no PMDE-BS, o Macrozoneamento oriundo do Zoneamento Econômico e Ecológico regulamentado pelo Decreto nº 58.996, em 25 de março de 2013 e os Planos Diretores municipais, bem como sugerir aperfeiçoamentos na Estrutura de governança interfederativa da Região Metropolitana da Baixada santista.

- **METODOLOGIA E FASES DO TRABALHO**

- **Fase I: Preparação e Organização de Conteúdos**

Consiste na leitura e consolidação dos planos já existentes ou em andamento, dentre os quais destacam-se:

- **PMDE-BS:** objetivos, metas e estratégias propostas;
- **Macrozoneamento** oriundo do **Zoneamento Econômico e Ecológico** regulamentado pelo Decreto nº 58.996, em 25 de março de 2013;
- Outros Planos Setoriais Regionais: Plano de Bacias, de resíduos sólidos, de Mobilidade, Logística e outros;
- Plano Diretores e Planos Setoriais dos Municípios;
- Sistema de Monitoramento das ações;
- Planos e Projetos das Câmaras Temáticas do CONDESB, extraídos das Oficinas realizadas pelo Cepam (2014);
- Fundos públicos;

REGISTROS

- Instrumentos urbanísticos interfederativos no campo do desenvolvimento urbano, com base na Lei nº10.257/2001.

Essa fase deve ocorrer por meio de reuniões com as Câmaras Temáticas agrupadas pelos Eixos Estratégicos (maio a junho de 2016).

Resultado: Organização de base de documentos que deverão subsidiar a realização de seis oficinas de trabalho temáticas com a participação de especialistas: conteúdos e sugestão de convidados.

- **Fase II: Oficinas Temáticas com Especialistas**

Realização de 6 Oficinas Temáticas para apresentação dos conteúdos organizados pelas Câmaras Temáticas no âmbito do CONDESB e coleta de sugestões de especialistas com base nos documentos organizados na etapa anterior;

As Oficinas Temáticas serão realizadas, de 4 a 15 de julho de 2016, segundo os seguintes Eixos Estratégico:

- Planejamento e Desenvolvimento Econômico;
- Mobilidade e Logística;
- Habitação e Desenvolvimento Urbano;
- Saneamento e Meio Ambiente;
- Políticas Públicas Sociais e;
- Políticas Públicas afirmativas;

Resultado: coleta de sugestões de especialistas para a consolidação dos Planos existentes em um projeto de Lei, que deverão alimentar as discussões públicas nas etapas posteriores;

- **Fase III: Rede Metropolitana de Comunicação - Plataforma de trabalho colaborativa**

Montagem de um site que funcione como uma rede social onde seja possível postar o plano de trabalho, os conteúdos e cronograma da adequação dos instrumentos de governança interfederativa da RMBS ao Estatuto da Metrópole, e, principalmente receber as sugestões de pessoas e entidades da sociedade civil.

Para o bom funcionamento dessa rede será necessária a permanente alimentação de conteúdos e sistematização das contribuições recebidas, para posterior incorporação.

- Resultado: lançamento da Rede Metropolitana de Comunicação no Fórum dos 20 anos

REGISTROS

da RMBS no final de julho de 2016.

A plataforma colaborativa deve permanecer no ar recebendo sugestões até o envio do projeto de Lei à ALESP, sendo posteriormente incorporada ao Sistema de Monitoramento do PMDE-BS, já em contratação pela AGEM, por meio de recursos obtidos pelo FUNDO-CONDESB.

- **Fase IV: Incorporação das sugestões das oficinas temáticas e do Fórum**

Sistematização das propostas obtidas nas Oficinas de trabalho por meio de elaboração interna da AGEM com o apoio da CT – Planejamento. (agosto de 2016 a fevereiro de 2017)

Resultado: primeira versão do Projeto de Lei.

- **Fase V: Audiências Públicas Municipais**

Apresentação e debates da primeira versão do Projeto de Lei e coletas de sugestões. (março e abril de 2017)

Resultado: Realização de 9 audiências públicas nos municípios integrantes da RMBS com a participação do Ministério Público e da Sociedade Civil

- **Fase VI: Oficina Regional**

Apresentação do Projeto de Lei com a incorporação das contribuições obtidas nas Audiências Públicas Municipais e realização de seis oficinas de trabalho segundo os Eixos Estratégicos para eleição de representantes da sociedade para compor a instância deliberativa do Plano Metropolitano.

Resultado: eleição de representantes da sociedade para compor a instância deliberativa e divulgação e validação do Projeto de Lei a ser enviado à ALESP (maio e junho de 2017)

- **Fase VII: Envio do Projeto de Lei à ALESP**

Julho de 2017

Resultado: Aprovação do Projeto de Lei pelo CONDESB e instância deliberativa do Plano Metropolitano

Envio do Projeto de Lei à ALESP

- Não havendo mais nada a tratar foi encerrada.

REGISTROS

Próxima reunião extraordinária: 14/04/2016, às 09:30h na AGEM

Santos, 12 de abril de 2016

Fernanda Farias Meneghello
Diretora Técnica AGEM

Robnson Germano
Secretário